

GUINÉ-BISSAU
MULHERES E ELEIÇÕES
PLATAFORMA POLÍTICA DAS MULHERES – PPM
COMUNICADO FINAL

As Organizações de Mulheres da sociedade civil, juntamente com a Rede Africana das Mulheres Ministras e Parlamentares, a Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP e o Instituto da Mulher e da Criança, desenvolveram conjuntamente uma Plataforma Política das Mulheres (PPM) para as Eleições Legislativas de 2008.

O objectivo da criação da PPM foi para dar visibilidade e colocar em evidência as questões que afectam as mulheres, para que estas sejam tidas em conta e valorizadas nas campanhas eleitorais e consequentemente seja dada prioridade às questões relacionadas com a igualdade de género no próximo governo da República da Guiné-Bissau.

A PPM foi assinada pelas mulheres dos partidos políticos que concorrem para as eleições legislativas, firmando desta forma o seu compromisso em defender a adopção da PPM pelos seus partidos políticos.

Pretendeu-se assim fortalecer a voz das mulheres, abarcando os interesses de mulheres de diferentes camadas sociais, sensibilidades políticas e credos religiosos.

Para garantir um impacto significativo da PPM, foi necessário:

- Promover o lobby & advocacy junto aos líderes dos partidos políticos, mulheres dos partidos políticos e da sociedade civil;
- Estabelecer um mecanismo de acompanhamento e monitorização da PPM;
- Dar formação e estabelecer a metodologia para o acompanhamento da PPM;
- Informar os meios de comunicação social para assegurar que estes reportem sobre a PPM;
- Estar a par de todo o programa eleitoral para a monitorização dos eventos;
- Recolher informação adequada e pertinente sobre a igualdade de género e fortalecer a voz da mulher durante o processo eleitoral;
- Sistematizar e apresentar a informação recolhida no processo eleitoral;
- Assegurar a visibilidade da PPM durante o processo eleitoral.

O Comité de Gestão da Plataforma Política das Mulheres, reuniu-se na Terça-Feira, dia 19 de Novembro de 2008, para análise do acompanhamento PPM ao processo eleitoral culminado com a ida as urnas do eleitorado no passado dia 16 de Novembro, Domingo.

Assim, o Comité de Gestão da Plataforma Política das Mulheres, considerando o ambiente ordeiro, pacífico e de baixa intensidade de ataques verbais aos adversários registados durante a campanha eleitoral.

Considerando ainda a relevância dada pelos partidos políticos e candidatos a deputados da nação a questão do género e da mulher decide:

1.º - Congratular-se e felicitar os partidos políticos e candidatos a deputados da nação pelo comportamento exemplar demonstrado durante a campanha eleitoral;

- 2.º - Congratular-se com a participação activa e madura do eleitorado durante a campanha eleitoral e acto de votação do passado dia 16 de Novembro de 2008;
- 3.ª - Congratular-se com a apreciação positiva das missões de observação internacional sobre o papel e a participação das mulheres e da Plataforma Política das Mulheres durante o processo eleitoral das legislativas de 2008;
- 4.º felicitar as mulheres da Guiné-Bissau por terem participado activamente na campanha eleitoral e por terem exercido livre e conscientemente o seu direito cívico, o que demonstra a vontade das mulheres a participarem na política e no desenvolvimento do país;
- 5.º - Felicitar a CNE e CREs pelo trabalho isento, responsável e organizado desenvolvido durante o processo eleitoral;
- 6.º - Felicitar os membros da assembleia de voto e representantes dos partidos políticos pelo profissionalismo e patriotismo demonstrado no trabalho desenvolvido durante o pleito eleitoral;
- 7.º - Felicitar os Médias pelo alto grau de profissionalismo, isenção e sentido do dever demonstrado durante todo o processo eleitoral;
- 8.º - Exortar os partidos políticos a aceitarem pacificamente o veredicto das urnas.

Considerando a necessidade de promover a equidade do género nos órgãos de decisão do país de continuar a elevar o nível e a qualidade de participação das mulheres no processo de desenvolvimento político, económico, social e cultural do país.

O Comité de Gestão da Plataforma Política das Mulheres tendo ainda em conta a agenda e prioridades da PPM em lutar pela protecção, promoção dos direitos cívicos e políticos da mulher recomenda:

1.º - Aos Partidos Políticos

- Que continuem a reflectir nos seus programas políticos as necessidades e as questões das mulheres;
- Que continuem a encorajar a participação das mulheres nos órgãos partidários de decisão e nas futuras listas eleitorais aumentando sempre que possível a sua quota de representatividade para 40%;
- Que implementem programas de informação e capacitação política das mulheres com vista a elevar a confiança e a qualidade de participação das mesmas na vida política partidária, económica e social do país;
- Que promovam os direitos humanos da mulher no seio dos seus militantes e das suas estruturas partidárias;

2.º - Aos Médias

- Que continuem a promover a visibilidade e a inclusão da mulher nos órgãos de decisão nacional, regional e local do Estado e em todos os processos de desenvolvimento político, económico, social e cultural do país;
- Que nos seus programas, artigos, debates e entrevistas promovam a participação equilibrada do homem e da mulher;
- Que promovam a capacitação e formação em assuntos género dos seus jornalistas, repórteres, correspondentes e demais colaboradores;
- Que seja facilitada o acesso das mulheres a informação e aos médias a todos os níveis e momentos.

3.º - A Futura ANP e ao Futuro Governo

- Que seja dada uma quota de representatividade de 40% das mulheres em todas as instâncias nacionais, regionais e locais do futuro Governo;
- Que seja promovida uma revisão profunda da “Lei Eleitoral” de forma a permitir a substituição do método de “hondt” por outro método mais justo de apuramento proporcional dos resultados eleitorais;
- Que os novos Estatutos do Instituto da Mulher e da Criança sejam adoptados, assegurando a sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial;
- Que seja estabelecido um mecanismo consultivo para as mulheres deputadas da ANP, do Governo e das Organizações da Sociedade Civil;
- Que seja adoptada e implementada uma “Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género”;
- Que sejam promovidas acções de formação e capacitação política das mulheres;
- Que se criem oportunidades de formação técnico-profissional e oportunidades de emprego para as mulheres e jovens;
- Que sejam adoptadas políticas que assegurem o acesso das mulheres aos fundos de desenvolvimento, incluindo o micro-crédito;
- Que sejam criadas pequenas indústrias e unidades de transformação e conservação dos produtos locais, especialmente naquelas em que as mulheres estão envolvidas,
- Que sejam retomadas e revitalizadas os programas de alfabetização funcional para as mulheres e que sejam criados incentivos a escolarização de raparigas;
- Que seja introduzida na política educativa a abordagem integrada do género;
- Que seja aumentada a dotação orçamental para a saúde pública, em especial para a saúde reprodutiva, combate ao IST e ao VIH/SIDA;
- Que seja adoptada a assistência médica e medicamentosa gratuita para a saúde materno-infantil e sejam criadas clínicas móveis para as mães e crianças das zonas rurais e peri-urbanas;
- Que sejam adoptados e implementados programas de saneamento básico e de fornecimento de água potável nos locais onde não existem redes de distribuição canalizadas;
- Que sejam adoptadas políticas e leis contra a violência doméstica e para o abandono da pratica da mutilação genital feminina;
- Que sejam adoptadas medidas e leis específicas de combate ao crime organizado, ao tráfico de seres humanos e ao narcotráfico,
- Que seja assegurada a participação das mulheres nos órgãos de decisão do Sector de Defesa e Segurança.

4.º - A Comunidade Internacional

- Que continuem a apoiar a promoção e a defesa dos direitos humanos da mulher e da criança;
- Que sejam atribuídos incentivos e recursos específicos as mulheres na política, com vista ao aumento da sua representatividade na ANP, no Governo e noutras instâncias de decisão do Estado;
- Que as Nações Unidas através das suas agências especializadas continuem a apoiar a “Plataforma Política das Mulheres” no quadro do Projecto “Mulheres e Eleições”;

Feito em Bissau, aos 21 dias do mês de Novembro de 2008.

O Comité de Gestão da Plataforma Política das Mulheres